

Relatório de Base de Abastecimento: Palser - Bioenergia e Paletes, Lda.

Third Surveillance Audit

www.sbp-cert.org



The promise of good biomass



Preenchido de acordo com o modelo de relatório de base de fornecimento Versão 1.3

Para mais informações sobre o quadro do SBP e para ver a documentação completa, ver www.sbp-cert.org

Histórico do documento

Versão 1.0: publicada em 26 de Março de 2015

Versão 1.1 publicada em 22 de Fevereiro de 2016

Versão 1.2 publicada em 23 de Junho de 2016

Versão 1.3 publicada em 14 de Janeiro de 2019; republicada em 3 de Abril de 2020.

© Copyright Sustainable Biomass Program Limited 2020

Índice

1	Visão geral	1
2	Descrição da Base de Abastecimento	2
2.1	Descrição geral.....	2
2.2	Ações desenvolvidas para promover a certificação entre os fornecedores de matéria-prima	17
2.3	Programa de amostragem de corte final	17
2.4	Diagrama de fluxo das entradas de matéria-prima mostrando o tipo de matéria-prima [opcional]	17
2.5	Quantificação da Base de Abastecimento.....	17
3	Requisitos para uma Avaliação da Base de Abastecimento	19
4	Avaliação da Base de Abastecimento	20
4.1	Âmbito de aplicação	20
4.2	Justificação	20
4.3	Resultados da avaliação dos riscos	20
4.4	Resultados do Programa de Verificação de Fornecedores.....	20
4.5	Conclusão	20
5	Processo de Avaliação da Base de Abastecimento	21
6	Consulta das partes interessadas	22
6.1	Resposta aos comentários das partes interessadas.....	22
7	Visão geral da Avaliação Inicial de Risco	23
8	Programa de Verificação de Fornecedores	24
8.1	Descrição do Programa de Verificação de Fornecedores.....	24
8.2	Visitas ao local.....	24
8.3	Conclusões do Programa de Verificação de Fornecedores.....	24
9	Medidas de Mitigação	25
9.1	Medidas de mitigação.....	25
9.2	Acompanhamento e resultados.....	25
10	Conclusões detalhadas sobre os indicadores	26
11	Revisão do relatório	27
11.1	Revisão por pares.....	27
11.2	Revisões públicas ou adicionais.....	27
12	Aprovação do Relatório	28
13	Actualizações	29
13.1	Alterações significativas na Base de Abastecimento	29
13.2	Eficácia das medidas de mitigação anteriores	29
13.3	Novas classificações de risco e medidas de mitigação.....	29

13.4	Valores reais da matéria-prima durante os 12 meses anteriores.....	29
13.5	Valores previstos de matéria-prima para os próximos 12 meses	29

1 Visão geral

Nome do Produtor: Palser, Bioenergia e Paletes, Lda.

Localização do Produtor: Zona Industrial da Sertã, 6100-711 SERTÃ, Portugal

Posição Geográfica: Lat.: 39° 49' 00" N; Long.: 8° 06' 25" W

Contacto Primário: Responsável Bioenergia e Pellets Engº Pedro Inácio, Edifício Palser,
Zona Industrial da Sertã, Apartado 25, 6101-909 SERTÃ, Portugal

Tel.: +351 274 600 600 Email: produção.bio@palser.pt

Website da Empresa: www.palser.pt

Data de conclusão do relatório: 30/04/2020

Encerramento da última auditoria do CA: Sertã, 20 e 21/06/2017

Nome do CA: NEPCon

Traduções do Inglês: Sim

Norma(s) SBP utilizada(s): Standard 2 version 1.0, Standard 4 version 1.0, Standard 5 version 1.0

Weblink para as Normas usadas: <https://sbp-cert.org/documents/standards-documents/standards>

Avaliação de risco regional aprovada pelo SBP: Não aplicável

Weblink para SBE no website da empresa: <http://www.palser.pt/sobre/certificacao/>

Indicar como a avaliação atual se enquadra no ciclo de Avaliações da Base de Abastecimento

Avaliação Principal (Inicial)	Primeira Manutenção	Segunda Manutenção	Terceira Manutenção	Quarta Manutenção
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2 Descrição da Base de Abastecimento

2.1 Descrição geral

História do Grupo Palser

O grupo Palser teve início em 1984 resultando do esforço de dois trabalhadores que tiveram a oportunidade de adquirir uma pequena serração, à qual subcontratavam a serragem dos toros.

Atualmente a Palser com duas unidades fabris, na Sertã e em Palmela, conta com 190 colaboradores e tem um capital social de 5.800.000 Euros. A área fabril é de 75.000 m² em cada unidade fabril, dos quais 20.000 m² são cobertos na Sertã e 7.000 m² em Palmela onde desenvolve as suas atividades principais de serração, produção e recuperação de paletes e embalagens de madeira em três unidades fabris, produção de energia elétrica e pellets de biomassa florestal.

Em 1984 foi a Pinhoser a primeira empresa a iniciar atividade localizada na Cumeada, no concelho da Sertã e tem como atividade a indústria de serração de madeira de pinho.

Em 1990 foi constituída a Palser, na Sertã, dedicando-se ao fabrico de paletes, estrados e embalagens de madeira.

A terceira aposta do grupo foi a Recupser em 1997, em Palmela, com o objetivo inicial de recuperar e comercializar paletes usadas, mas decorridos alguns anos passou também a fabricar paletes novas e a produzir madeira serrada.

No ano de 2010 foi concluída a construção de uma Central Termoelétrica a Biomassa Florestal na Sertã, iniciando a produção de energia elétrica para injetar na rede pública.

Em 2011, por um processo de fusão, a Recupser foi incorporada na Palser passando a existir uma única empresa, constituindo-se assim numa filial da Palser em Palmela.

Em 2013 a Palser iniciou a produção de Pellets de biomassa no final de 2013 e de Madeira Termotratada no final de 2014.

No final de 2019, de modo a dar continuidade à sua política de diminuir as necessidades de madeira serrada e aproveitar e valorizar mais os subprodutos, promovendo assim a sustentabilidade da floresta, iniciou o processo de fabrico de blocos de aglomerado, através de uma nova unidade industrial, instalada na Sertã.

Desde o seu início o grupo apostou numa localização junto dos fornecedores da principal matéria-prima e num processo de fabrico de paletes automatizado de modo a obter bons níveis de produtividade e qualidade. Ao longo do seu percurso foi otimizando a integração entre as várias componentes industriais, conseguindo atualmente apresentar ciclos completos de matéria-prima aos quais juntou a componente energética. Esta integração visa constituir uma única marca de qualidade, com mais notoriedade, maior dimensão e know-how, que irá permitir um crescimento da empresa e trazer vantagens a todos aqueles que conosco colaboram.

Como resultado dessa evolução a empresa foi-se tornando mais competitiva no sector, tanto a nível nacional como internacional.

A Palser – Investimentos, S.A. além de deter participações sociais e realizar diversos investimentos é responsável pela gestão das empresas participadas.

Certificações

Desde 1992 é certificada pela European Pallet Association para a produção de Paletes EPAL com a marca PT-006. Possui também certificação da PlasticsEurope da Bélgica (Indústria Química), da ANFEVI da Espanha (Indústria Vidreira) e da C.S.V.M.F. da França (Indústria Vidreira).

Obteve a certificação ENplus em setembro de 2014, sendo o fabricante PT006 para a produção de pellets de madeira D6mm, classe ENplus –A1.

Tem o seu Sistema de Gestão da Qualidade certificado desde setembro de 2000, pela Norma NP EN ISO 9001, para o Design, fabricação e comercialização de paletes e embalagens de madeira, comercialização de madeira serrada e fabricação de pellets.

A Palser certificou a sua Cadeia de Responsabilidade pelos dois sistemas reconhecidos mundialmente: o FSC® (*Forest Stewardship Council*®) e o PEFC™ (*Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes*), o que permite disponibilizar aos seus clientes produtos certificados, no caso de serem solicitados.

Detém também a autorização para proceder ao tratamento de madeira e de material de embalagem de madeira, segundo a Norma Internacional para as Medidas Fitossanitárias (ISPM) nº15 da FAO, com o número PT-4279.

A Certificação SBP foi alcançada em setembro de 2016.

DESCRIÇÃO GERAL DA BASE DE ABASTECIMENTO

A empresa é abastecida por 17 serrações que se localizam em Portugal, sendo a grande maioria proveniente das nossas serrações do Grupo, cujo material fornecido é Certificado FSC ou controlado FSC e pode ser assim utilizado como material SBP.

Base de Abastecimento: Portugal

Para o fabrico de pellets a Palser abastece-se exclusivamente de matéria-prima secundária (serradura) originada pela serração de madeiras de pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) proveniente de Portugal.

A 21 de novembro de 2019 foram divulgados pelo ICNF os resultados do 6.º Inventário Florestal Nacional (IFN6). Este Inventário tem 2015 como ano de referência e incorpora ainda a avaliação das áreas, volumes e biomassa afetados pelos incêndios rurais de 2016 a 2018.

Em 2015, as principais tendências dos inventários anteriores, de uma forma geral, acentuaram-se: diminuição de área e volume, cada vez mais concentrados em classes de idade jovens.

As principais conclusões do 6.º Inventário Florestal Nacional (IFN6) realizado em Portugal, são descritas de seguida:

- Os espaços florestais (floresta, matos e terrenos improdutivos) ocupam 6,2 milhões de hectares (69,4%) do território nacional continental;
- A floresta, que inclui terrenos arborizados e temporariamente desarborizados (superfícies cortadas, ardidadas e em regeneração), é o principal uso do solo nacional (36%);

- O IFN6 caracteriza o estado da floresta em 2015 o qual é diferente da sua situação atual 2019, que resulta da dinâmica própria dos ecossistemas florestais e, ainda, da consequência dos severos incêndios rurais de 2017 e de 2018 (Monchique). O impacto destas perturbações e das dinâmicas de arborização/rearborização e de exploração dos recursos serão devidamente avaliados no próximo IFN. Contudo, é possível efetuar estimativas aproximadas das consequências destes incêndios rurais com base nos dados existentes do IFN6 e das superfícies afetadas. Assim, estes relatórios contêm estimativas relativas à área ardida e ao volume/biomassa potencialmente afetada por estes incêndios que no total perfazem 296 mil ha;
- A floresta nacional é maioritariamente constituída por espécies florestais autóctones (72%), embora algumas ocupando territórios maiores que a sua origem geográfica;
- Em termos estruturais, funcionais e paisagísticos, a floresta do continente pode ser organizada em quatro grandes grupos, ou formações florestais: pinhais (constituídos por povoamentos de pinheiro-bravo e pinheiro-manso); folhosas perenifólias (“montados”, sobreirais e azinhais); folhosas caducifólias (carvalhos, castanheiros e outras); e as folhosas silvo-industriais (eucaliptais);
- Os “montados”, sobreirais e azinhais são a principal ocupação florestal, com cerca de 1 milhão de hectares e representando um 1/3 da floresta. São ecossistemas florestais de uso múltiplo, os quais não têm a produção lenhosa como principal função;
- Os pinhais são a segunda formação florestal, com uma área próxima de 824 000 hectares, sendo os ecossistemas florestais com maior redução na área ocupada. A diminuição da área deve-se aos pinhais de pinheiro-bravo, muito afetados pelos incêndios e pragas (sendo a mais expressiva o nemátodo), a qual supera o significativo aumento da área de pinhal de pinheiro-manso (20,7 mil ha; 12% entre o IFN5 e IFN6). Contudo, no período entre 2010 e 2015, a área de pinheiro-bravo, registou uma desaceleração muito significativa face à acentuada tendência de diminuição que se verificava desde 1995 (IFN4), o que revela a extraordinária resiliência destes pinhais às perturbações;
- As folhosas caducifólias (carvalhos, castanheiros e outras) são a formação florestal menos representativa em área ocupada, embora se registre um aumento sistemático ao longo dos últimos 20 anos, sendo esta mais significativa no período entre os dois últimos inventários (2005 e 2015) (46 mil ha; 17%);
- Os eucaliptais ocupam 845 mil ha, cerca de 26% da floresta continental e apresentando um sistemático incremento ao longo dos últimos 50 anos;
- Os matos e pastagens representam a segunda categoria mais expressiva de uso do solo (31%). Os matos têm um aumento contínuo desde 1995;
- Em 2015, Portugal tinha 172 milhões de metros cúbicos (Mm³) de madeira em crescimento, valor idêntico ao que se verificou no IFN5 (2005);
- A manutenção dos volumes de madeira entre os dois últimos inventários revela que neste período a produção florestal, em termos globais, pode ser considerada como sustentável, na medida em que os cortes de madeira e perdas por incêndios ou pragas estiveram em equilíbrio com o crescimento da floresta. Contudo, esta análise efetuada para as principais espécies com utilização lenhosa revela uma situação distinta;
- O volume de madeira em crescimento (i.e. das árvores vivas) de pinheiro-bravo apresenta uma diminuição de 15 Mm³ em relação ao IFN anterior, cifrando-se em 2015 nos 67 Mm³. O volume de madeira em crescimento de eucalipto mantém-se constante desde o IFN5 (43 Mm³), apesar do aumento de área de cerca

de 59 mil ha. Ou seja, a disponibilidade de madeira de pinheiro-bravo está em diminuição e a de eucalipto não acompanha o aumento da área;

– Ao nível da biomassa lenhosa e do carbono armazenado nas árvores vivas em espaços florestais, verifica-se um aumento em ambos os valores, resultante da alteração da composição específica da floresta, e parcialmente da melhoria dos métodos de avaliação. Foram ainda incluídas estimativas de carbono armazenado em outros reservatórios na floresta, nomeadamente, sobcoberto, madeira morta e folhada;

– Procedeu-se à categorização da condição dos povoamentos face à sua vitalidade, carga de combustível, caracterização de parâmetros do solo e intervenções silvícolas recentes. Procedeu-se ainda à caracterização e avaliação da regeneração natural das principais espécies, fornecendo indicação sobre a capacidade de ocorrência ou distribuição destas, face às características climáticas e de solo;

– Em todos os pontos de amostragem (cerca de 12 000) procedeu-se à identificação das espécies invasoras¹, tendo-se verificado que existe presença destas espécies de uma forma generalizada pelo território continental, embora as situações de maior abundância (grupos de plantas ou extensão por toda a superfície) sejam significativamente menos frequentes. As acácias e háqueas, canas e chorão-das-praias, são as espécies com ocorrência mais frequente;

– No âmbito do IFN6 procedeu-se ainda a uma identificação dos habitats presentes e à avaliação do seu estado de conservação em cada um dos pontos de amostragem realizados no terreno. Da sua análise verificou-se que, aproximadamente, 20 % dos pontos localizados em floresta e 23% dos pontos localizados em matos/pastagens são habitats, e que a ocorrência destes se estende para além *dos terrenos classificados com estatuto de conservação*². Verificou-se ainda que estes habitats apresentavam um bom estado de conservação em cerca de 14% na floresta e 18% em matos/pastagens;

– Na floresta, os habitats mais representados são os que derivam das florestas de quercíneas, os montados de quercíneas (4%, habitat 6310), os sobreirais (4%, habitat 9330), os carvalhais (3%, habitat 9230) e os azinhais (2%, habitat 9340), tendo a maior representatividade nos matos, os habitats de matos baixos de tojais e urzais (14%, habitat 4030) e dos matos altos evoluídos de piornos, medronheiro, carrasco ou carvalhiça (6%, habitat 5330).

O Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) é constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), pelas Áreas Classificadas que integram a Rede Natura 2000 e pelas demais Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

A Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) representa 7,78% do território nacional continental e constitui-se pelas áreas protegidas classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho e dos respetivos diplomas regionais de classificação. Classificam-se como áreas protegidas as áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.

¹ de acordo com a classificação do Decreto-Lei n.º 92/2019

² de acordo com a classificação da Diretiva Habitats - Diretiva 92/43/CEE, transposta para ordem jurídica nacional pelo Decreto-Lei n.º 140/99

A classificação de uma Área Protegida (AP) visa conceder-lhe um estatuto legal de proteção adequado à manutenção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e do património geológico, bem como à valorização da paisagem.

Existem as seguintes tipologias de Áreas Protegidas (AP):

- Parque Nacional (1);
- Parque Natural (12);
- Reserva Natural (9);
- Paisagem Protegida (6); e
- Monumento Natural (6).

Com exceção do “Parque Nacional”, as Áreas Protegidas (AP) de âmbito regional ou local podem adotar qualquer das tipologias atrás referidas, devendo as mesmas ser acompanhadas da designação “regional” ou “local”, consoante o caso (“regional” quando esteja envolvido mais do que um Município, “local” quando se trate apenas de uma Autarquia).

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia resultante da aplicação da Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves) - revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro - e da Diretiva 92/43/CEE (Diretiva Habitats) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia.

A Rede Natura 2000, que também se aplica ao meio marinho, compõe-se por:

- Zonas de Proteção Especial (ZPE) - estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats, listadas no seu Anexo I, e das espécies de aves migratórias não referidas no Anexo I e cuja ocorrência seja regulada. Existem atualmente 40 ZPE em Portugal Continental a ocupar 998.521,27 hectares;
- Zonas Especiais de Conservação (ZEC) - criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, com o objetivo expresso de "contribuir para assegurar a Biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais (Anexo I) e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens (Anexo II), considerados ameaçados no espaço da União Europeia". Existem atualmente 61 SIC - Sítios de Importância Comunitária em Portugal Continental a ocupar 1.606.664,96 hectares.

Nestas áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social (Portal ICNF).

O conjunto das áreas classificadas abrange uma área total de 2 057 407 hectares, envolvendo 196 municípios e representa 21,8% do território nacional continental (ICNB, 2010).

Uma análise da distribuição das classes mais relevantes de uso do solo pelas duas tipologias mais representativas de áreas classificadas (Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e Rede Natura 2000), permite verificar que o território agroflorestal abarca, no seu conjunto, cerca de 90% da superfície de áreas classificadas em Portugal Continental, o que atesta da importância da gestão de ecossistemas agroflorestais como suporte de biodiversidade (DR, n.º 24, 4 de fevereiro de 2015).

A lista de espécies da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção, também conhecida como Convenção de Washington (CITES), não inclui espécies madeiráveis em Portugal (portal UNEP-WCMC, Species+). A CITES é um Acordo Internacional ao qual os países aderem voluntariamente, envolvendo atualmente cerca de 180.

Tabela 1 - Distribuição do número de espécies pelos três anexos da Convenção CITES (CITES, 2020).

Anexo	Reino		Total Geral
	<i>Animalia</i>	<i>Plantae</i>	
I	n.º 26		26
I/II	3		3
II	179	72	251
III	1		1
Total Geral	209	72	281

A lista de espécies da CITES não inclui espécies madeiráveis em Portugal (portal UNEP-WCMC, Species+).

A Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) divulgou, a 18 de julho de 2019, que mais de 28 mil espécies estão ameaçadas de extinção, incluindo 40% de anfíbios, 34% de coníferas, 33% de corais de recife, 25% de mamíferos e 14% de aves. Dos 1,7 milhões de espécies já identificadas, a Lista Vermelha avaliou o risco de extinção de quase 105 mil. As espécies ameaçadas estão divididas em três categorias: “vulnerável” (VU), “em perigo” (EN), e “criticamente em perigo” (CR).

Portugal está em 4.º lugar entre os países europeus com mais espécies em risco de extinção, com 465 espécies, das quais 144 são plantas. Dos 10 países europeus mais ameaçados Espanha ocupa o primeiro lugar, com 752 espécies, das quais 279 são plantas. Em três anos, as espécies de plantas mais ameaçadas em Portugal quase duplicaram, sendo o grupo a apresentar o número mais elevado.

As espécies utilizadas na nossa atividade são as seguintes:

- Pinus pinaster
- Pinus Sylvestris
- Pinus halepensis
- Pinus nigra
- Pinus radiata
- Pinus pinea

Propriedade e Gestão Florestal

A floresta portuguesa é maioritariamente privada, ocupando as áreas florestais públicas apenas 2% da totalidade da superfície florestal. Cerca de 8% das áreas florestais encontra-se abrangida por uma gestão comunitária (baldios). Os restantes 90% pertencem a proprietários privados individuais ou empresas.

A propriedade da terra encontra-se dividida em cerca de 11 milhões de prédios rústicos dos quais apenas uma parte que representa cerca de 53% da superfície se encontra sujeita a cadastro.

As propriedades florestais são em média de pequena dimensão, podendo não ultrapassar 1 ha em áreas do Centro e Norte do país.

A gestão da floresta sujeita a Planos de Gestão Florestal já cobria em 2013 cerca de 44% da área florestal.

A gestão florestal sustentável certificada por sistemas como o FSC e o PEFC cobrem já cerca de 12% da área florestal total, com predominância de eucalipto e sobreiro.

A gestão do pinheiro-bravo realiza-se em alto-fuste, aproveitando áreas de regeneração natural, ou instaladas essencialmente por plantação procedendo-se depois a desbastes e desramas ao longo da vida do povoamento.

As densidades iniciais passam de 1200 arv/ha no momento da plantação para metade no final da revolução, que pode ir dos 30 aos 40 anos.

Economia dos Produtos Florestais

Ao nível do emprego, a sub-fileira “Madeira” representa cerca de 20 800 postos de trabalho, sendo a totalidade da fileira florestal responsável por cerca de 1,7 % da população empregada.

A Fileira do Pinho representou 80% dos postos de trabalho (55 826 empresas) e 88% das empresas das indústrias florestais (8 437 empresas), o que representou uma taxa de variação em 2016/2017 de +3% e -0,3%, respetivamente, de acordo com Centro PINUS, a partir de INE (SCIE), 2019 a Dados de 2017. Ainda segundo esta publicação e mesmo período de análise, esta fileira passou a ter mais peso no VAB e Volume de Negócios (VN), +7% (52%; 1 133M de euros) e +6% (46%; 4 137 M de euros), respetivamente.

A nível nacional, a exportação de “Madeira em estilhas, serradura, desperdícios e resíduos de madeira incluindo pellets e briquetes” cresceu cerca de 48% no período compreendido entre 2011 e 2013, o que fez deste o subsector que mais cresceu nesse período na sub-fileira “Madeira”.

Por indicação desses dados, regista-se que o emprego na fileira florestal decresce desde 2004, em linha com as restantes atividades, tendo diminuído cerca de 28,3% de 2004 a 2012, mantendo-se constante apenas na sub-fileira “silvicultura e exploração florestal”.

A Indústria de celulose, aglomerados e serração consome cerca de 7,5 ou 5 milhões de toneladas (fontes diversas) de pinho (ANEFA, 2014). A indústria da produção de pellets consome cerca de 1.4 milhões toneladas de biomassa anualmente, da qual se salientam produtos e subprodutos da exploração florestal e primeira transformação da madeira (dados portal ANPEB).

A Fileira do Pinho representou 35% das exportações de bens das indústrias florestais (1830M de euros, +5% de 2017 para 2018), sendo equivalente a 3,2% das exportações nacionais de bens. Dentro desta fileira os pellets registaram um acréscimo de 16%, que representou neste período 65M de euros (Centro PINUS, a partir de INE (Comércio Internacional), 2019 b, Dados de 2018 (preliminares).

O consumo de madeira ascendeu a 4,2 milhões de m³ em 2018 (+10% face a 2017). O consumo do sub-setor da serração no mesmo período foi de 1,86M de euros (+9%) e do sub-setor dos pellets de 0,78 M de euros (+7%). Face a 2017 foram consumidos mais 376 mil m³ sem casca de madeira de pinheiro-bravo.

O défice de madeira de pinho estima-se que represente 58% do consumo industrial (com uma disponibilidade avaliada em 1,7 Mm³, um consumo de 4,21 Mm³ a corresponder a um défice de -2,43 Mm³).

Contabilizam-se, em 2018, menos um consumidor industrial no subsector da serração (248 ao todo) que em 2017, mantendo-se os 17 do subsector do Tratamento, Pasta e Papel e Painéis e 38 consumidores industriais

no subsetor da energia (26 de pellets e 12 de centrais a biomassa) (Centro PINUS, 2019 a partir, entre outros, de DGAV, 2019 e INEGI, 2019).

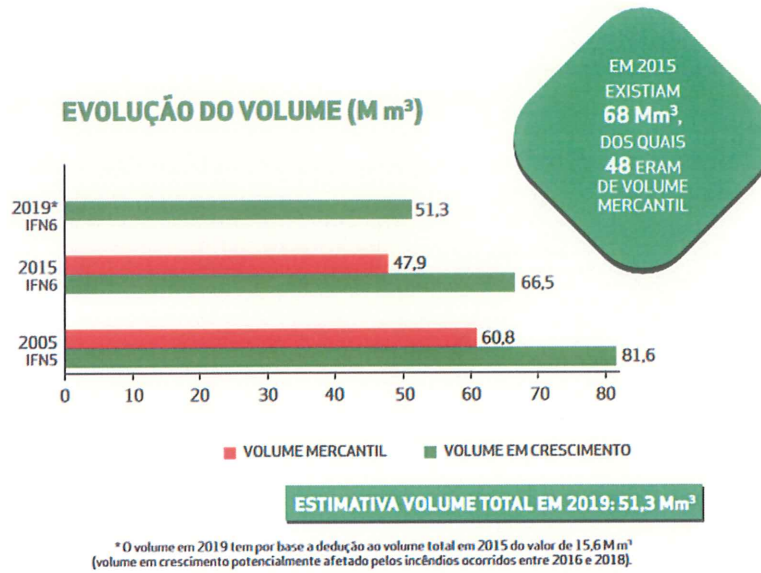


Figura 1 - Estimativa de volume Mm³ de Pinus pinaster. Boletim 44 de 2019. Centro Pinus.

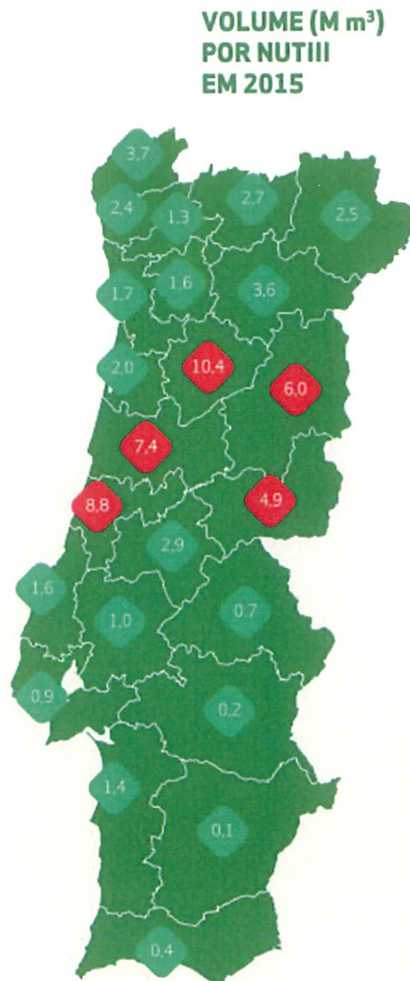


Figura 2 – Estimativa de volume Mm³ de Pinus pinaster por NUTIII. Boletim 44 de 2019. Centro Pinus.

Energia dos Produtos Florestais

Em Portugal em termos de energias renováveis, em 2017 atingiu-se 13.762 MW de potência instalada, dos quais 564 MW correspondiam a Biomassa (4,1%). A energia elétrica produzida a partir de Biomassa estima-se que tenha correspondido a 2,57 GWh (10%) (DGEG, 2019).

Base de Abastecimento: Espanha

Na estrutura florestal espanhola, os indicadores são muito semelhantes aos dos anos anteriores, de acordo com o “Anuario de Estadística Forestal 2017” do Ministério da Agricultura de Espanha:

- A superfície florestal ocupa 55% da superfície de Espanha. Concretamente, a superfície florestal representa 36% do total nacional, ou seja, mais de um terço da superfície do país;
- No que diz respeito ao tipo de floresta, é de assinalar que as florestas de folhosas continuam a predominar, ocupando 55% da superfície. As florestas de coníferas estão presentes em 37% da área arborizada e os povoamentos mistos representam 7%;
- Quanto aos tipos de formações mais abundantes, destacam-se os montados, que ocupam 15% da superfície arborizada, seguidos dos montados de azinho, presentes em 14%, e os pinhais de Alepo, que representam 11% da floresta. No ano anterior, a superfície de azinheira era ligeiramente superior à dos montados, mas com a incorporação da Extremadura, estas duas formações trocaram percentagens e ordem. Por outro lado, as duas espécies que contribuem com mais metros cúbicos continuam a ser o *Pinus pinaster* e o *Pinus sylvestris*;
- As existências totais continuam a aumentar. Nos últimos 10-12 anos, aumentaram 43% em volume madeirável e 35% no número de pés maiores;
- 28% da floresta é propriedade pública e os restantes 72% são propriedade privada (a propriedade desconhecida está incluída na propriedade privada);
- A superfície florestal arborizada e desarborizada ocupa 18,4 e 9,4 milhões de hectares, respetivamente, o que perfaz o total de 27,9 milhões de hectares.

Tabela 2 - Superfície arborizada por tipo de vegetação principal.

	Coníferas	Folhosas	Mistas	Total arborizado
Milhões de hectares	6,79	10,17	1,37	18,37

No período compreendido entre 1998 e 2017, é neste último ano que é atingido o volume de corte de madeira com casca mais elevado de toda esta série histórica de 20 anos, 17,7 milhões de m³, ultrapassando o valor do ano anterior em mais de 800.000 m³ (os cortes de *Pinus radiata* aumentaram mais de 1 milhão de m³ em relação ao ano anterior). Desta feita, são as coníferas que aumentam 15% (1,4 milhões de m³) em comparação com os cortes em 2016, aproximando-se dos 9,6 milhões de m³. Por outro lado, nas folhosas, o corte cai pouco acima de 600.000 m³ em relação a 2016, ainda assim, superando 8 milhões de m³ com casca (mesmo assim, é o segundo valor mais elevado de toda a série histórica). Tal como se verificou em anos anteriores, o eucalipto é a espécie mais cortada, com 6,9 milhões de m³, pouco menos do que em 2016.

Tal como nos anos anteriores, na maioria das Comunidades Autónomas os cortes de coníferas representam mais de metade do total de cortes. Concretamente, em Aragão, Ilhas Canárias, Catalunha, Madrid e Valência, a percentagem é superior a 90%.

O corte de folhosas é, na sua maioria (95%), realizado em propriedade privada. Em propriedade pública ocorre um quarto de todos os cortes de coníferas.

Tabela 3 - Existências em volume com casca das principais espécies. Apresentam-se as 12 espécies que excedem 20 milhões de metros cúbicos cada. No seu conjunto, representam 84% das existências. Dados baseados no IFN3 e IFN4.

Espécie florestal	Existências m3 c.c.
<i>Pinus pinaster</i>	153.627.034
<i>Pinus sylvestris</i>	153.269.839
<i>Pinus halepensis</i>	82.897.633
<i>Eucalyptus globulus</i>	79.608.018
<i>Fagus sylvatica</i>	78.798.913
<i>Pinus nigra</i>	77.051.844
<i>Quercus ilex</i>	76.378.992
<i>Pinus radiata</i>	53.049.809
<i>Quercus robur e Quercus petraea</i>	48.537.175
<i>Quercus pyrenaica</i>	45.736.340
<i>Castanea sativa</i>	29.271.237
<i>Pinus pinea</i>	25.009.692

Ainda conforme o “Anuario de Estadística Forestal 2017”, não é possível tirar conclusões nacionais sobre o crescimento das espécies, como fora referido nos anuários anteriores, uma vez que o IFN4 só foi concluído em algumas Comunidades Autónomas, razão pela qual o crescimento de algumas espécies em particular se destaca relativamente a outras. Mesmo assim, é de notar que, 8 das 12 espécies anteriores, aumentaram as suas existências. Destaca-se o aumento do pinheiro bravo, que aumentou cerca de 1,7 milhões de m³ com casca e torna-se a espécie com maior volume. De referir, ainda, que este Anuário inclui apenas as existências de *Eucalyptus globulus*, que é a espécie maioritária entre os eucaliptos. As existências de *E. camaldulensis* e *E. nitens* são superiores a 5,5 e 1 milhões de m³, respetivamente. Assim, somando todas as espécies, o eucalipto, em termos gerais, seria a terceira maior espécie em volume de existências.

Entre as formações arbóreas mais representativas das florestas espanholas encontram-se os pinhais de *Pinus pinaster* da região mediterrânica, ocupando 816.943 hectares, e pinhais produtivos da mesma espécie da região biogeográfica atlântica, que ocupam 242.062 hectares.

Em 2009, a silvicultura e exploração florestal, a indústria da madeira, e o papel, geraram um VAB de 6.635 milhões de euros, representando uma contribuição direta no PIB nacional de 0,63%.

Uma média de 31.000 trabalhadores trabalhavam, em 2013, em silvicultura e exploração florestal, ao passo que a indústria florestal (madeira, cortiça e papel), somava um total de 104,600 trabalhadores ativos.

Tabela 5 - Superfície florestal ordenada por Comunidade Autónoma. "Anuario de Estadística Forestal 2017".

COMUNIDADE AUTÓNOMA	SUPERFÍCIE ORDENADA 2017 (HA)	% SUP. ORDENADA RELAÇÃO À SUP. FLORESTAL TOTAL(HA)	SUPERFÍCIE NÃO ORDENADA (HA)
ANDALUCÍA	1.266.256	28,35 %	3.200.814
ARAGÓN	81.571	3,12 %	2.533.761
CANARIAS			566.418
CANTABRIA	40.465	11,11 %	323.852
CASTILLA - LA MANCHA	813.122	22,60 %	2.784.415
CASTILLA LEÓN	901.708	18,73 %	3.913.648
CATALUÑA	804.32	40,05 %	1.204.009
COMUNIDAD DE MADRID	70.042	15,98 %	368.22
COMUNIDAD FORAL DE	344.293	57,93 %	250.073
COMUNIDAD VALENCIANA	93.232	7,36 %	1.173.804
EXTREMADURA	167.248	5,82 %	2.705.203
GALICIA	226.528	11,10 %	1.814.226
ISLAS BALEARES	11.856	5,34 %	210.333
LA RIOJA	85.179	27,39 %	225.773
PAÍS VASCO	91.153	18,54 %	400.633
PRINCIPADO DE ASTURIAS	16.898	2,19 %	753.58
REGIÓN DE MURCIA	111.099	21,73 %	400.265
TOTAL	5.124.970	18.33 %	22.829.027

Em 2018 a superfície florestal sujeita a instrumentos de gestão era de 5.167.697 hectares, i.e. 18,48% da superfície florestal total (Avance de Estadística Forestal, 2018). A área ordenada aumentou em mais de 320.000 ha em relação a 2016.

No que respeita à propriedade da área sujeita a instrumentos de gestão, 43% da área florestal pública é gerida e, na propriedade privada, a percentagem está próxima dos 10%.

O instrumento de gestão mais utilizado é o *Plan de Ordenación de los Recursos Naturales* (PORN), seguido do Plano de Prevenção de Incêndios. Além disso, todas as Comunidades Autónomas dispõem de um Plano Florestal.

Em Espanha, coexistem dois sistemas de certificação reconhecidos: o FSC. (*Forest Stewardship Council*) e PEFC. (*Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes*), ambos apoiados por organizações internacionais e europeias. Em 31 de dezembro de 2017 a percentagem de área arborizada certificada pelos sistemas FSC e PEFC era de 1,5% e 11,7%, respetivamente. Em 2018 as percentagens subiram para 1,6% e 12%. Para além destes sistemas, Espanha tem o seu próprio regulamento de gestão florestal sustentável: o UNE 162.000. Esta norma é coerente com os critérios e indicadores pan-europeus de gestão sustentável das florestas, bem como com as orientações operacionais pan-europeias e os programas florestais nacionais.

No que diz respeito ao sistema PEFC, Castela e Leão, com quase 750.000 hectares, é a comunidade autónoma com maior superfície certificada e representa quase 35% do total certificado por este sistema. Embora, se considerarmos a percentagem de superfície certificada em relação à superfície arborizada, Navarra é a comunidade com maior percentagem, 66%, seguida por La Rioja, com 40%.

A conservação da natureza em Espanha é realizada mediante demarcações administrativas estabelecidas com a finalidade de favorecer a conservação da natureza. Estas áreas classificam-se em espaços naturais protegidos (ENP), Rede Natura 2000 e áreas protegidas por instrumentos internacionais. Os ENP são áreas do território nacional que, por cumprirem com uma série de requisitos, foram declarados sob distinta figuras de proteção autonómica.

Por sua vez, existem elevados valores de conservação ligados à propriedade cultural e às descobertas pré-históricas. A Península Ibérica é uma área com grande quantidade de vestígios arqueológicos e pré-históricos. Existe legislação tanto estatal como comunitária autónoma que protege e cataloga os bens de valor histórico e cultural.

Nas tabelas seguintes mostram-se alguns números da superfície terrestre protegida e como se relacionam com a superfície florestal.

Tabela 6 - Superfície protegida por figura de proteção.

Figura de proteção	Superfície terrestre protegida (ha)	Superfície total protegida (ha)	% da superfície terrestre protegida em relação ao total protegido (%)
Superfície protegida			
ENP (Espaços Naturais Protegidos)	7.383.424	7.894.870	94%
Rede Natura 2000	13.833.015	22.265.247	62%
Superfície total protegida	16.604.255	25.135.454,21	66%
Áreas protegidas por instrumentos internacionais			
MAB (Reservas da Biosfera)	5.550.108	6.041.886	92%
RAMSAR	282.694	308.3	92%
ZEPIM (Zonas Especialmente Protegidas de Importância para o Mediterrâneo)	51.858	148.484	35%
Sítios naturais da lista de Património Mundial	75.863	75.984	100%

Da tabela pode ver-se que 16,6 milhões de hectares de superfície terrestre estão sob proteção pela Rede Natura 2000, ENP ou por ambos, o que equivale a um terço da superfície terrestre espanhola.

A superfície que abrange todas as figuras de proteção registou valores ligeiramente superiores aos de 2016, indicando que as áreas protegidas continuam a aumentar ligeiramente todos os anos.

Tabela 7 – Superfície florestal protegida pela RN2000, ENP e/ou ambos. Anuario de Estadística Forestal 2017.

SUPERFÍCIES FLORESTAIS (HA)	RN2000	ENP	TOTAL PROTEGIDO
SUPERFÍCIE ARBORIZADA (HA)	7.219.814	4.115.676	7.406.171
% SUP. ARBORIZADA PROTEGIDA S/TOTAL SUP. ARBORIZADA	39%	22%	40%
SUPERFÍCIE DESARBORIZADA (HA)	3.820.525	2.306.186	3.919.565
% SUP. DESARBORIZADA PROTEGIDA S/TOTAL SUP. DESARBORIZADA	40%	24%	41%
TOTAL SUPERFÍCIE FLORESTAL	11.040.338	6.421.862	11.325.737
% SUP. FLORESTAL PROTEGIDA S/TOTAL SUP. FLORESTAL	39%	23%	41%

41% da área florestal é protegida por ENP, RN 2000 ou por ambos. Embora esta percentagem seja a mesma do ano anterior, tanto a superfície protegida arborizada como a desarborizada tiveram um ligeiro aumento relativamente a 2016. No caso da área arborizada, o aumento foi superior a 24.000 ha e a área arborizada protegida aumentou quase 30.000 ha em relação ao ano anterior.

Com 61% da superfície florestal protegida, Canárias volta a ser a comunidade que mais se destaca. Outras comunidades em que mais de metade da sua área florestal é protegida são: Valência (58%), Madrid (53%), La Rioja (52%), Andaluzia (51%) e as Ilhas Baleares (50%). A comunidade com a menor área florestal protegida é a Galiza, com apenas 5%. Não se registaram alterações significativas entre as áreas protegidas por Comunidade Autónoma de 2016 para 2017.

Ao contabilizarem-se as outras figuras de proteção, a área florestal protegida aumenta até 45%. Este aumento da superfície florestal protegida deve-se principalmente às Reservas de Biosfera (MAB), que proporcionam mais de 1,34 milhões de hectares adicionais de floresta protegida. Os números de 2017 são muito semelhantes aos de 2016.

Como acontece em anos anteriores, 80% da superfície terrestre protegida é florestal. As percentagens da Rede Natura são mantidas em relação ao ano anterior, no caso das árvores, e ao total. A percentagem de desbravamento de árvores aumenta um ponto em relação a 2016. Como se pode ver, 80% da Rede Natura em terrenos declarados estão situados em zonas florestais. Quando a avaliação é feita em relação aos Espaços Naturais Protegidos, verifica-se que, 87% da superfície terrestre protegida por estas figuras de proteção, é superfície florestal. Neste caso, todas as percentagens são iguais às do ano anterior.

Tabela 8 - Percentagem de superfície florestal protegida por cada tipo de proteção.

USO DO SOLO FLORESTAL	REDE NATURA 2000 % FLORESTAL	ENP % FLORESTAL	TOTAL PROTEGIDO TERRESTRE % FLORESTAL
ARBORIZADO	52%	56%	52%
DESARBORIZADO	28%	31%	28%
TOTAL FLORESTAL	80%	87%	80%

No caso das florestas públicas geridas pela Administração (propriedade pública) é necessária a aprovação interna do Serviço Florestal da Comunidade Autónoma.

Cada Comunidade Autónoma desenvolve a sua própria legislação e modelos, tanto para concursos públicos e licenças, como para autorizações de trabalhos florestais e de colheita. Existem três documentos relevantes necessários para verificar a legalidade da colheita e o cumprimento dos requisitos EUTR:

- Notificação de trabalhos/explorações (em florestas privadas para trabalhos incluídos na planificação de planos de gestão aprovados, sempre que a legislação da Comunidade Autónoma o permita);
- Autorização do trabalho/colheita (em florestas privadas sem plano de gestão ou outras circunstâncias atenuantes, de acordo com a legislação da Comunidade Autónoma);
- Adjudicação de obras (em florestas públicas).

Os direitos de propriedade e de uso do solo são abrangidos pela legislação espanhola, tendo as autoridades implementado instrumentos para registar e controlar esses direitos. Estes direitos tiveram uma importância social e económica significativa durante séculos e, como resultado, são amplamente desenvolvidos e reconhecidos. Espanha tem mais em 2019, 82 pontos no índice de perceção de corrupção da *Transparency International*, desconhecendo-se relatórios que estabeleçam uma ligação significativa entre a corrupção e o setor florestal. O nível de governação pode ser categorizado como robusto. Não existem relatórios de conflitos significativos relacionados com a propriedade das terras florestais ou com a legitimidade da sua utilização. Por sua vez, existe legislação que protege a utilização das terras. Os terrenos florestais são classificados como rurais nos planos urbanos e existe legislação que os protege de diferentes utilizações.

A Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, conhecida como CITES, procura preservar a conservação das espécies da fauna e da flora selvagens ameaçadas de extinção através da regulamentação do comércio. Espanha aderiu à CITES em 16 de maio de 1986.

Tabela 9 – Distribuição do número de espécies pelos três anexos da Convenção CITES (CITES, 2020):

Anexo	Reino		Total Geral
	<i>Animalia</i>	<i>Plantae</i>	
	n.º	n.º	
I	24		24
I/II	3		3
II	191	132	323
III	2		2
Total Geral	220	132	352

A lista de espécies da CITES não inclui espécies madeiráveis em Espanha (portal UNEP-WCMC, Species+).

Os dois países ibéricos partilham cerca de 35% de espécies CITES, repartidas por 159 animais e 62 plantas.

De acordo com a IUCN, Espanha ocupa o primeiro lugar, entre os países europeus com mais espécies em risco de extinção, com 752 espécies, das quais 279 são plantas.

As espécies utilizadas na nossa atividade são as seguintes:

- Pinus pinaster
- Pinus Sylvestris
- Pinus halepensis
- Pinus nigra
- Pinus radiata
- Pinus pinea

Os dois países ibéricos partilham cerca de 35% de espécies CITES, repartidas por 159 animais e 62 plantas.

2.2 Ações desenvolvidas para promover a certificação entre os fornecedores de matéria-prima

A Palser encontra-se certificada pelo FSC (SGSCH-COC-009172) desde janeiro de 2012, para Madeira serrada, paletes e pellets de pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) e pelo PEFC para Compra de madeiras e produção de paletes e embalagens de madeira (SGS-PEFC/COC-1475).

Existe ainda a Pinhoser, outra empresa do grupo, e que fornece a totalidade da serradura utilizada na Certificação SBP e cerca de 60% da serradura utilizada no fabrico total dos Pellets, que se encontra certificada desde 2011 pelo FSC. Esta empresa detém ainda um certificado PEFC para Produção e comercialização de madeira serrada, estilha, serradura e casca.

Além deste desenvolvimento, existe a promoção no momento da aquisição de madeiras pelas várias empresas do Grupo, no qual destaca a importância do assunto, não só na sustentabilidade dos recursos, mas também na valorização dos produtos ao longo de toda a cadeia.

A Palser, Lda. explicou aos seus fornecedores a necessidade de certificação da sua matéria-prima.

2.3 Programa de amostragem de corte final

Não aplicável.

2.4 Diagrama de fluxo das entradas de matéria-prima mostrando o tipo de matéria-prima [opcional]

Não aplicável.

2.5 Quantificação da Base de Abastecimento

Base de Abastecimento

a. Área de Fornecimento Total (ha):

Base	Portugal	Espanha	total
Área do país (ha)	9 225 600	50 403 000	59 628 600
Área florestal (ha)	3 155 000	27 900 000	31 055 000

b. Propriedade por tipo (ha):

Base	Portugal	Espanha	total
Privada (incluindo comunitária/desconhecida) (ha)	3 091 900 (98%)	20 088 000 (72%)	23 179 900
Pública (ha)	63 100 (2%)	7 812 000 (28%)	7 875 100
total	3 155 000	27 900 000	31 055 000

c. Floresta por tipologia (ha):

Base	Portugal	Espanha	total
Pinheiro-bravo (ha)	579 300	1 059 005	1 638 305

d. Floresta por tipo de gestão (ha):

Base	Portugal	Espanha	total
Gestão Natural/Semi-natural	579 300	1 059 005	1 638 305

e. Floresta certificada por sistema (ha):

Base	Portugal	Espanha	total
FSC (ha)	421 406	301 000	722 406
PEFC (ha)	278 449	2 311 218	2 589 667
total	699 855	2 612 218	3 312 073

Feedstock

f. Volume total de matéria-prima:

Base	Portugal	Espanha	total
Volume (m³)	376 343,05	4 084,4	380 427,45

g. Volume de matéria-prima primária: 0 m³

h. Percentagem da lista de matéria-prima primária, pelas seguintes categorias.

- Explorações Florestais certificadas um Sistema de Gestão aprovado pelo SBP: Não aplicável
- Explorações Florestais não certificadas um Sistema de Gestão aprovado pelo SBP: Não aplicável

i. List all species in primary feedstock, including scientific name: Não aplicável

j. Volume de matéria-prima primária proveniente de Floresta Primária: Não aplicável

k. Enumerar a percentagem de matéria-prima primária proveniente de floresta primária (j), de acordo com as seguintes categorias. Subdivida por esquemas de gestão florestal aprovados por SBP:

- Matéria-prima primária de floresta primária certificada para um Sistema de Gestão Florestal aprovado pelo SBP – Não Aplicável
- Matéria-prima primária de floresta primária não certificada para um Sistema de Gestão Florestal aprovado pelo SBP – Não Aplicável

l. Volume da matéria-prima secundária:

Base	Portugal	Espanha	total
Volume (m³) [<i>P. pinaster</i> serradura de serração]	376 343,05	4 084,4	380 427,45

m. Volume da matéria-prima terciária: 0 m³

3 Requisitos para uma Avaliação da Base de Abastecimento

SBE concluído	SBE não concluído
<input type="checkbox"/>	X

A Palser tem a sua cadeia da custódia aprovada pelo FSC para a produção de pellets de madeira segundo o Método das Percentagens. Sob este sistema de certificação, a Palser faz a avaliação de todas as matérias-primas adquiridas para a produção de pellets de madeira, sejam estas oriundas de fornecedores certificados ou não certificados.

A matéria-prima certificada FSC fornecida à Palser é considerada matéria-prima SBP-compliant Biomass e por esse facto não necessita de ser submetida à avaliação de risco da base de abastecimento.

Na Fabricação de Pellets Certificados SBP, também é utilizada matéria prima controlada FSC, proveniente da nossa Serração do Grupo, sendo considerada matéria-prima SBP-Controlled Biomass.

As matéria-primas sem alegação de um sistema de gestão aprovado pelo SBP são avaliadas de acordo com o programa de verificação da Palser e em caso de conformidade não necessitam de ser submetidas à análise de risco da Base de Abastecimento, para serem consideradas SBP-controlled Biomass.

No fabrico de Pellets Certificados SBP, apenas é utilizado material Certificado FSC ou Controlado FSC.

4 Avaliação da Base de Abastecimento

4.1 Âmbito de aplicação

Não aplicável.

4.2 Justificação

Não aplicável.

4.3 Resultados da avaliação dos riscos

Não aplicável.

4.4 Resultados do Programa de Verificação de Fornecedores

Não aplicável.

4.5 Conclusão

Não aplicável.

5 Processo de Avaliação da Base de Abastecimento

Não aplicável.

6 Consulta das partes interessadas

Os stakeholder não foram consultados.

6.1 Resposta aos comentários das partes interessadas

Não aplicável.

7 Visão geral da Avaliação Inicial de Risco

Não aplicável.

Indicador	Classificação de Risco Inicial		
	Especificado	Baixo	Não especificado
1.1.1			
1.1.2			
1.1.3			
1.2.1			
1.3.1			
1.4.1			
1.5.1			
1.6.1			
2.1.1			
2.1.2			
2.1.3			
2.2.1			
2.2.2			
2.2.3			
2.2.4			
2.2.5			
2.2.6			
2.2.7			
2.2.8			
2.2.9			

Indicador	Classificação de Risco Inicial		
	Especificado	Baixo	Não especificado
2.3.1			
2.3.2			
2.3.3			
2.4.1			
2.4.2			
2.4.3			
2.5.1			
2.5.2			
2.6.1			
2.7.1			
2.7.2			
2.7.3			
2.7.4			
2.7.5			
2.8.1			
2.9.1			
2.9.2			
2.10.1			

8 Programa de Verificação de Fornecedores

8.1 Descrição do Programa de Verificação de Fornecedores

Embora a tal não se obrigue no âmbito do SBP, a Palser Lda. implementou procedimentos de verificação no seu sistema, a cada dois meses, que decorrem da certificação de cadeia de custódia.

8.2 Visitas ao local

Foram visitadas aleatoriamente as serrações onde se confirmou e documentou a conformidade com o SBP (vd. ponto 8.1).

8.3 Conclusões do Programa de Verificação de Fornecedores

Foram visitadas aleatoriamente as serrações onde se confirmou e documentou a conformidade com o SBP (vd. ponto 8.1).

9 Medidas de Mitigação

9.1 Medidas de mitigação

Não aplicado

9.2 Acompanhamento e resultados

Não aplicado

10 Conclusões detalhadas sobre os indicadores

Não aplicado.

11 Revisão do relatório

11.1 Revisão por pares

Este relatório foi revisto e comentado por Paulo Pereira. Licenciado em engenharia florestal em 2001 (UTAD), com experiência em planeamento e gestão do espaço florestal, cartografia temática e SIG. Consultor e auditor SBP e FSC com experiência internacional.

11.2 Revisões públicas ou adicionais

O presente relatório não foi objeto de revisão por outras partes e mantém uma estrutura similar àquele que se encontra publicado no website da empresa desde 2016, não tendo merecido comentários ou reclamações.

12 Aprovação do Relatório

Aprovação do Relatório de Base de Abastecimento pela gestão de topo			
Relatório Elaborado por:	<i>Engº Pedro Inácio</i>	<i>Responsável Bioenergia e Pellets</i>	<i>30/04/2020</i>
	Nome	Título	Data
As pessoas abaixo assinadas confirmam que eu/nós somos membros da Administração da organização e afirmam que o conteúdo do presente relatório de avaliação foi devidamente reconhecido pela Administração como sendo exato antes da aprovação e finalização do relatório.			
Relatório aprovado por:	<i>Sr. Libânio Nunes</i>	<i>Gerente</i>	<i>30/04/2020</i>
	Nome	Título	Data
Relatório aprovado por:	<i>[nome]</i>	<i>[título]</i>	<i>[data].</i>
	Nome	Título	Data
Relatório aprovado por:	<i>[nome]</i>	<i>[título]</i>	<i>[data].</i>
	Nome	Título	Data

Pedro Inácio

PALSER
Bioenergia e Paletes, Lda.
A Gerência
[Assinatura]

13 Actualizações

13.1 Alterações significativas na Base de Abastecimento

Não foram verificadas alterações significativas desde o último relatório.

13.2 Eficácia das medidas de mitigação anteriores

Não Aplicável.

13.3 Novas classificações de risco e medidas de mitigação

Não Aplicável.

13.4 Valores reais da matéria-prima durante os 12 meses anteriores

Material	Origem	Espécies	Quantidade (m ³)
Serradura (Resíduos de Serragem)	Portugal	Pinho	376 343,05
Serradura (Resíduos de Serragem)	Espanha	Pinho	4 084,4

13.5 Valores previstos de matéria-prima para os próximos 12 meses

Material	Origem	Espécies	Quantidade (m ³)
Serradura (Resíduos de Serragem)	Portugal	Pinho	300 000 – 400 000
Serradura (Resíduos de Serragem)	Espanha	Pinho	20 000*

*Devido aos grandes incêndios florestais que assolaram a base de abastecimento portuguesa, irá considerar-se também a base de abastecimento de Espanha. Este valor deverá ser pouco significativo correspondendo a menos de 5% do total de abastecimento.